

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XI - Nº 185 - 2ª QUINZENA DE JANEIRO DE 2000 - R\$ 1,00

**Governo prepara novo ataque aos direitos trabalhistas e ao emprego. As direções sindicais dizem amém. Enquanto isso, o desemprego explode, os salários são devorados pela inflação. A saída para os explorados é confiar em suas próprias forças e lutar unidos, contra os exploradores. Quem tem de pagar pela crise são os capitalistas.**

**GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO, PELA DERRUBADA INTEGRAL DO PLANO ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR DE FHC**

**Capitalismo se desintegra e exige: revolução!**

**VI Congresso Nacional do POR**

**Equador: multidão camponesa ocupa capital e militares depõem presidente.**

# Governo FHC prepara mais um ataque contra os trabalhadores

O Ministro do Trabalho, Dornelles, vem pressionando a burocracia sindical a estabelecer negociações de cúpula em torno de modificações no artigo 7º da Constituição, que regulamenta direitos trabalhistas. Objetiva-se eliminar pontos da lei que protegem minimamente os trabalhadores, como 13º salário, férias, licença maternidade, aviso prévio e outros.

A Força Sindical, como era de se esperar, declarou-se favorável às conversações. A CUT emitiu uma nota afirmando que “não medirá esforços na organização e mobilização dos trabalhadores em defesa de seus direitos”. Entretanto, Vicentinho, Presidente da CUT, não rejeitou taxativamente o convite do governo.

A ofensiva do governo contra os direitos dos trabalhadores será veemente no futuro próximo. Trata-se de um dos aspectos essenciais da diretriz do imperialismo para todas as semicolônias e responde, particularmente ao acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O grande capital exige que o governo “flexibilize” a legislação trabalhista, eliminando direitos, para assegurar a alta taxa de exploração e acumulação de capital.

Não se trata apenas de uma ameaça ou de um projeto indefinido do governo

FHC. A intenção é remover rapidamente as regulamentações do artigo 7º que, segundo os exploradores, prejudicam seus interesses.

O comunicado da CUT é demagógico. Não se tomou nenhuma medida prática de organização imediata de um movimento nacional para barrar mais este golpe nas condições de vida dos assalariados. A posição de Vicentinho sobre a possibilidade de negociar a reforma do artigo 7º é o indicador da real política da burocracia cutista. A ameaça de que responderá com luta pretende apenas dizer ao governo que a CUT não poderá ficar de fora das negociações de cúpula. Aqueles que acreditam que o comunicado é sério ajudam a obscurecer as manobras da burocracia reformista (PT).

Até o presente momento, a reforma antinacional e antipopular de FHC vem sendo imposta sem que tenha havido qualquer reação séria da direção cutista. Acobertando-se de oposicionismo, a burocracia sindical ligada ao PT e seus aliados da Frente Popular têm praticado o colaboracionismo. A CUT e os sindicatos foram anulados, pela passividade, frente às etapas de implantação das mudanças neoliberais (pró-imperialistas). O anúncio, no final de dezembro, sobre a intenção do governo de acabar com direitos inscritos no artigo 7º, na verdade há mui-

to tempo era de conhecimento público.

O Plano FMI/FHC envolveu, desde o início de sua exposição, vários aspectos e etapas. Entre elas a “flexibilização” do trabalho. A burocracia sindical e os reformistas que influenciam o movimento social foram se curvando sucessivamente a cada situação da reforma votada no Parlamento. O exemplo da liquidação da aposentadoria por tempo de serviço e sua privatização confirma esta denúncia. Lembremos que Vicentinho se uniu ao governo para modificar o critério básico da aposentadoria. Está evidente que a burocracia sindical, tanto direitista quanto reformista, é obstáculo para as massas trabalhadoras se defenderem contra os objetivos reacionários do imperialismo e do governo vendido.

Se o proletariado não reagir contra a política capituladora do PT e seus asseclas, a burguesia desfechará mais um ataque, que resultará em crescimento da pobreza e miséria da maioria oprimida.

Levantamos a bandeira de defesa de todos os direitos sociais conquistados e sua ampliação. A anulação de toda a reforma antinacional e antipopular. Isso quer dizer organizar a ação direta, formando os comitês antiimperialistas, anti-reformas e em defesa de um programa revolucionário.

## Mais violência contra o MST

A reintegração de posse da fazenda Sandra, no município de Diamante do Norte, Paraná, resultou em vários feridos e 14 prisões. A fazenda estava ocupada há três meses por 196 famílias.

A repressão policial ao MST tornou-se uma prática comum. O Estado burguês não vê outra solução para esse amplo movimento agrário senão pela força das armas.

Os camponeses têm sofrido a selvageria policial estando desarmados e, por isso, não podendo reagir à altura. É preciso formar comitês de auto-defesa em todo o país, em que se coloque o armamento dos camponeses contra a violência reacionária pró-latifúndio.

Também é necessário o apoio da classe operária à luta camponesa e vi-

ce-versa. Trata-se organizar aliança operária e camponesa, com claro objetivo de derrubar do poder a burguesia. Só assim as terras poderão ser entregues aos trabalhadores agrários e se realizar profundas mudanças na base econômica do capitalismo, transformando a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

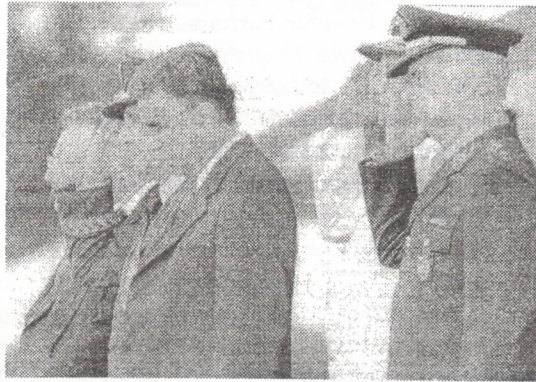
# Mais um episódio da crise militar

A queda do Ministro da Defesa, Élcio Álvares, estava prevista, apenas foi antecipada. As acusações de que tem ligação com o narcotráfico e com quadrilhas de assaltantes tornaram insustentável sua manutenção no cargo. Os militares descontentes com as medidas de privatização da administração de aeroportos e aumento da influência francesa na Embraer estão por detrás das revelações.

A podridão do poder burguês é ampla. A luta intestina que se dá no interior do regime político comporta denúncias de uns contra os outros. Desde quando foi indicado pelo PFL para o Ministério da Defesa, já se sabia que Élcio Álvares era um facínora.

As medidas tomadas pelo ministério, que enfraquecem a influência da aeronáutica sobre a aviação civil e a indústria de avião (Embraer), não passam de estopim da crise. Os militares foram contra a criação do Ministério da Defesa, que lhes tirou a posição de ministros.

A idéia de que na democracia burguesa as Forças Armadas têm de estar subordinadas ao poder presidencial, ou seja, aos civis (políticos a serviço da burguesia), não pode ser assimilada pelos generais. A democracia em um país de economia atrasada, submisso ao imperialismo, marcado pela polarização de classes, não pode ser plena. A tendência é das Forças Armadas tutelarem o Estado, seja na democracia ou na ditadura. Sua missão comporta disciplinar os partidos burgueses. O exército coloca-se, permanentemente, como possível subs-



*Ministro ligado ao narcotráfico sucumbiu às pressões dos generais.*

tituto dos partidos burgueses caso estes não consigam controlar os choques interburgueses e evitar o levante das massas.

A história do Brasil é caracterizada pelo intervencionismo militar. A contra-revolução de 1964 foi o ápice, que permitiu 20 anos de ditadura dos generais. A crise da tutela militar e a necessidade de impor planos pró-imperialistas obrigou a burguesia a recolocar seus partidos na administração do Estado. As Forças Armadas conjuntamente se recolheram. Porém, nunca deixaram de influenciar decisivamente o núcleo que comanda o Estado.

Os limites financeiros do Estado, penhorado aos banqueiros internacionais, impuseram restrições orçamentárias às Forças Armadas. E a reforma privatizante exigida pelo FMI não poderia deixar de atingir setores estatais sob a influência dos militares, que tiveram aumentada sua ascendência no período da ditadura.

Desde o governo Collor, quando se iniciou a implantação das reformas antinacionais e antipopulares, os políticos tiveram de manejar com cuidado as mudanças que diminuam o controle dos militares em áreas sensíveis (petróleo, telecomunicações, indústria aeronáutica etc). O apoio ostensivo do governo norte-americano e do conjunto das potências imperialistas ao governo entreguista tem sido decisivo para os militares aceitarem pontos da reforma que os atinge. A unidade burguesa fez com que as frações do nacionalismo militar direita não tivessem base social para reagir.

Acontecimento como a demissão do ex-comandante da Aeronáutica Walter Brauer e a manifestação de solidariedade a ele realizada no clube da Aeronáutica, em que a direita nacionalista denunciou o entreguismo descarado de FHC, indicam a presença de fraturas no seio do regime político. Estas poderão se alargar no processo de crise econômica e social, que deverá se aprofundar com as medidas pró-imperialistas e de maior sacrifício da maioria explorada.

A tarefa revolucionária diante da crise do regime burguês é trabalhar para que a classe operária se organize independentemente das frações em choque, levante seu programa antiimperialista e anticapitalista, e assuma a liderança do movimento social. A defesa das bandeiras antimperialistas e contra a miséria das massas, se empunhadas pelo proletariado, o colocará como força contraposta ao Estado burguês.

## PCdoB mostra seu “comunismo”

O Sr. Osmar Ribeiro Junior membro do PCdoB, assumiu interinamente o governo estadual do Piauí. Uma de suas primeiras determinações foi a de mandar a “polícia vigiar os grevistas da Companhia Energética do Piauí” (*Folha de SP* 18/1).

Segundo ele, a determinação foi apenas de “vigiar o patrimônio público”. Ressalvou que “a polícia do Piauí não vai bater em trabalhadores”. Está aí uma justificativa miserável. Qualquer utilização do braço armado do Estado significa a utilização da ditadura de classe da bur-

guesia contra os trabalhadores. Não importa se é para bater ou não.

Sem dúvida, a vigilância policial significa impedir que os grevistas ocupassem a Companhia Energética do Piauí. O aparato militar serviu de intimidação. É claro que se os grevistas radicalizassem sofreriam a repressão.

Esse é o comunismo dos estalinistas. Aliam-se com o PMDB no Estado do Piauí, ocupam o posto de vice-governador e, ao assumirem interinamente o comando do Estado, servem-se da polícia contra o movi-

mento grevista. Isso mostra que o estalinismo é pró-capitalista e contra-revolucionário. Nada tem a ver com o comunismo, com o marxismo-leninismo.

Um partido revolucionário, comunista, jamais se alia com os partidos da burguesia, não faz parte de governos burgueses e em hipótese alguma se utiliza do aparato repressivo capitalista. Pelo contrário, organiza o movimento das massas para pôr abaixo o Estado burguês e destruir sua capacidade de repressão.

## Guerra comercial abala a relação entre os Estados

O decreto do governo Mário Covas (São Paulo) impondo restrições contra a denominada concorrência predatória de outros Estados traz à tona o conflito inter-Estados. Segundo o governo paulista, os subsídios fiscais dados por alguns estados, favorecendo a transferência de indústrias, provocaram, entre 1988-1994, um prejuízo de 3,6 bilhões de reais.

O governador César Borges (Bahia), recentemente, baixou um decreto favorecendo "as empresas baianas de mineração e metalurgia de 80% sobre a alíquota do ICMS na venda de cobre a outros Estados". Em resposta, o decreto de Mário Covas obriga as empresas compradoras do produto baiano o recolhimento da diferença.

O mesmo choque se dá em torno da transferência da Ford para a Bahia. O secretário da Indústria e Comércio e Mineração da Bahia ameaçou ir aos tribunais contra o decreto de Covas, considerado anticonstitucional. Não faltam críticas do governo paulista ao próprio Presidente da República que é do seu partido por não disciplinar a guerra comercial entre os Estados.

Os decretos de subsídios e os de co-

branças das diferenças lembram o passado histórico em que os Estados tinham poder de levantar barreiras fiscais uns contra os outros. O que quer dizer que a guerra fiscal não faz senão trazer à tona as fraquezas da unidade nacional. Esta se estruturou sob a base do desenvolvimento desigual. As regiões do Sudeste/Sul concentram o maior desenvolvimento capitalista enquanto as demais mantêm-se em atraso. Trata-se de um problema típico de um país semicolonial, que não foi capaz de desenvolver livremente suas forças produtivas.

A coexistência da indústria mais avançada, em grande parte nas mãos das multinacionais, com a produção mais atrasada, pré-capitalista, como é o caso da agricultura de subsistência nordestina, configurou uma unidade nacional baseada na desigualdade. Isso foi motivo de choque permanente entre as frações oligárquicas da burguesia, que se acomodaram sob um pseudo-federalismo. Os conflitos se recomparam sob novas formas devido à crise estrutural do capitalismo.

A burocracia sindical tende a se alinhar por detrás dos interesses particula-

res desta ou daquela fração capitalista em choque. A classe operária deve rejeitar essa conduta e levantar seu programa de solução do problema da unidade nacional, que o capitalismo atrasado não pôde resolver plenamente. Este obrigatoriamente tem de ter um conteúdo classista, revolucionário.

A unidade nacional, num país atrasado, é um instrumento de desenvolvimento das forças produtivas, que no capitalismo se encontram bloqueadas e tendem a se desintegrar (recessão, quebras industriais, desemprego em massa). O que quer dizer que esta será alcançada através da ruptura com a opressão imperialista e com a derrocada da burguesia brasileira. A unidade nacional faz parte das tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia semicolonial e bloqueadas pelo imperialismo, como a independência nacional, a reforma agrária e a erradicação da pobreza endêmica das massas. Estas tarefas democráticas serão solucionadas pela revolução proletária. A destituição do poder burguês e a instalação de um governo operário e camponês permitirão o controle da economia pelos explorados da cidade e do campo.

## Semana Socialista em Natal

A semana socialista ocorreu em dezembro passado em Natal, e debateu a situação do leste Europeu, especificamente da ex-União Soviética. Discutiu-se desde a Revolução de Outubro até os dias atuais, destacando-se a restauração capitalista. Houve grande polêmica entre os participantes.

O PSTU levantou a discussão de que a Rússia e a China já seriam países capitalistas, argumentando como base para essa conclusão apenas os dados econômicos, ou seja, o adiantado processo de privatização de suas economias. Nessa análise, esqueceram de levar em conta conceitos fundamentais do marxismo, como o de classes sociais, caráter de classe do Estado, o conceito de burocracia como uma casta social e não uma classe.

A intervenção do POR foi no sentido de colocar o processo do leste europeu desde o início da Revolução Russa, sua importância para a história do movimento operário. Colocamos os conceitos marxistas-leninistas-trotskyistas de Estado burguês e Estado operário e sua degeneração, assim como o conceito de

burocracia e sua conformação e divisão em alas diferentes na concepção desse processo de restauração do capitalismo no leste europeu.

O PSTU entrevistou caracterizando a Rússia como capitalista, inclusive admitindo que ainda é dirigido em parte pela burocracia, mas não deu nenhuma importância ao processo de luta de classes desenvolvido nesse período na Rússia. Argumentaram ainda que Trotsky tinha errado na caracterização do leste europeu "quando teorizou que a volta ao capitalismo não seria um processo pacífico na luta de classes, mas sim uma batalha sangrenta". A conclusão precipitada do PSTU é de que o processo de restauração já teria sido concluído e que seria preciso uma revolução social na Rússia. Mas não caracterizam o Estado como burguês, revelando as contradições e desespero pequeno-burguês nas suas formulações.

Não há uma relação mecânica entre economia e estado (estrutura econômica da sociedade e superestrutura), mas uma interrelação dialética, na qual há preponderância do modo de produção,

em relação à qual se definem as classes. A burguesia impôs o modo de produção capitalista muito antes de conseguir destruir o Estado aristocrático. O Estado operário foi construído na Rússia em 1917 em meio a uma economia capitalista em extremo atraso, e a guerra acelerou a estatização, que não resultou em socialismo, que só poderia vir em nível internacional, e sim numa economia de transição ao socialismo. Ainda assim, Trotsky não vacilou, nem mesmo com a burocratização, em mostrar o caráter de classe do Estado operário degenerado.

A restauração do capitalismo na Rússia passará pela reconstrução de uma burguesia nacional, certamente associada ao imperialismo, que terá de construir seu Estado. Nesse processo, haverá muitos choques com as massas e entre as frações da burocracia.

Tudo indica que, na Rússia, o processo de restauração capitalista está bastante avançado, mas ainda não há a burguesia constituída como classe dominante e o Estado permanece nas mãos dos bandos burocráticos. Por isso ainda se coloca a Revolução Política.

# VI Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR)

Nos dias 8 e 9 de janeiro foi realizado o VI Congresso do POR. Discutiuiu-se e aprovou resoluções sobre: 1) Situação Internacional; 2) Situação Nacional; 3) Teses da Educação, 4) Informes de Atividades.

A atuação dos militantes revelou evolução na capacidade de análise teórica da realidade e elaboração coletiva. O trabalho disciplinado do Congresso, por outro lado, também expôs a natureza do partido leninista, de quadros militantes dedicados à tarefa da revolução proletária. A compreensão unânime de que o partido é o programa e de que sem teoria revolucionária não há prática revolucionária tem sido a força motriz para o desenvolvimento do partido centralista democrático.

Não é por outro motivo que o POR se diferencia das demais correntes por intervir na luta de classes objetivando sempre organizar o partido sobre a base da teoria marxista e das experiências realizadas pelo proletariado internacional.

Nas discussões sobre as Teses Internacionais, destacou-se a caracterização de que o capitalismo é um sistema historicamente esgotado e que está em processo de desintegração. O seu esgotamento é consequência de leis objetivas que regem o modo de produção. As forças produtivas não podem continuar a expansão

porque se encontram bloqueadas pelas relações de produção. Esta lei foi analisada à luz dos últimos acontecimentos econômicos e sociais. Foi motivo de análise a restauração capitalista na ex-URSS. Considerou-se que ainda se justifica a tarefa de revolução política. Debateu-se a revolução boliviana como um ponto central da situação internacional, dada a presença do partido trotskista e da evolução política dos explorados.

Na questão nacional, a essência das formulações se concentra na necessidade do proletariado superar o bloqueio do reformismo e da direita sindical para encabeçar um movimento antiimperialista e anticapitalista.

As Teses educacionais resultaram da intervenção porista nesse setor. A concepção da escola vinculada à produção social serviu de coluna vertebral para se discutir a desintegração da educação como parte da falência do capitalismo e da necessidade das massas oprimidas enterrarem o sistema de exploração do trabalho.

As três resoluções foram motivos de correções críticas e de enriquecimento. Adendos e modificações foram incorporados.

Quanto aos informes de atividades, tanto a direção quanto as regionais apresentaram seus balanços, revelaram a capacidade crítica e autocrítica, própria do

partido leninista. Ressaltaram-se os seguintes aspectos: 1) Impulsionar a iniciativa militante, através da elaboração e ação coletivas; 2) Aperfeiçoar o trabalho de agitação, propaganda e organização; 3) Superar a estagnação quanto às publicações; 4) Combater o conservadorismo referente à divulgação do Jornal Massas e outros materiais; 5) Resolver o problema dos atrasos nas publicações; 6) Amadurecer a capacidade de divergir taticamente sem bloquear a ação do partido; 7) Superar as dificuldades de transformar os contatos em militantes revolucionários; 8) Avançar a disciplina militante como reflexo da compreensão do programa e da formação de militantes profissionais, de acordo com a concepção leninista.

Todo esse balanço crítico e autocrítico foi possível devido à atuação viva do POR no seio dos movimentos e o crescimento de sua influência política.

O Congresso do partido é sua instância superior. Elabora a linha política e programática, corrige os desvios organizativos e elege o Comitê Central. E, sobretudo, expressa o regime de funcionamento centralista democrático. Eis por que todo militante consciente presta máxima atenção ao Congresso e se empenha a fundo para que este seja instrumento de construção partidária.

## Tese da Educação

No VI Congresso do Partido Operário Revolucionário foi aprovado as Teses da Educação. O documento consta de 5 itens. Faremos abaixo um resumo.

### I. Capitalismo decadente desintegra a educação

1. A burguesia apregoa que o capitalismo vive uma nova fase e esta exige uma nova escola, mais "moderna" e capaz de "qualificar esse novo tipo de trabalhador". Esta formulação não condiz com a realidade. Serve apenas para esconder o alto grau de desintegração do sistema de exploração do trabalho e as brutais consequências, a exemplo do desemprego.

2. O que se passa é que o capitalismo mundial vem sofrendo constantes e profundas crises. Isso porque as forças pro-

ductivas, altamente potenciadas, estão contidas pelas relações monopolistas de produção. Agrava-se com o estreitamento cada vez maior do mercado mundial.

3. Um dos fenômenos da crise é o crescimento do capital parasitário em detrimento do produtivo. A valorização do capital financeiro se dá às custas do endividamento dos Estados nacionais, particularmente dos semicoloniais. Esse grande endividamento dos Estados e, também, das indústrias, tem levado às quebras, a exemplo do Sudeste Asiático. A crise de superprodução e as quebras se manifestam no fechamento de fábricas, destruição de postos de trabalho e no empobrecimento generalizado das nações semicoloniais, oprimidas pelas potências imperialistas. Isso atesta que o capitalismo não tem como impulsionar

as forças produtivas, ampliar a participação das economias atrasadas no mercado etc. sob as relações monopolistas de produção e saque imperialistas. As "soluções" imperialistas para a crise são de mais ofensiva sobre as economias semicoloniais (política neoliberal) e de aumento do intervencionismo bélico.

4. Esses elementos da crise do capitalismo são suficientes para se contrapor à falsa caracterização de que o capitalismo vive uma nova etapa e que a educação tem de acompanhar essa exigência do capital. Ao contrário, o desemprego crescente e a miséria das massas mostram o esgotamento desse sistema econômico. A educação é condicionada às relações de produção. O bloqueio do desenvolvimento das forças produtivas torna-se um obstáculo para a escola. Dei-

xa de ter sentido para as massas e é custo a mais para os Estados. Não é por acaso que a tendência geral dos Estados é de se livrarem da escola pública e ampliarem a mercantilização do ensino.

## **II. Reforma pró-imperialista destrói a escola pública**

1. A Reforma da Educação é parte das medidas antinacionais e antipopulares, impostas pelos países imperialistas. Visa a desobrigar o Estado com a educação pública e gratuita. Como se vê, há um vínculo estreito entre os planos neoliberais: abertura de mercado, desnacionalização, destruição das conquistas sociais etc. com a diretriz privatizante da Reforma do Ensino.

2. Os argumentos burgueses de “enxugamento” do Estado, livre mercado etc. como estratégias para pôr em sintonia os países semicoloniais com a “globalização” não correspondem à realidade. O mesmo vale para a educação. O que está por detrás é a brutal desnacionalização e saque imperialistas e a destruição da educação pública.

3. A Reforma educacional foi traçada pelo Banco Mundial. Sua essência é: a) liquidar com as universidades públicas; b) privatizar parte do ensino médio; c) municipalizar e criar parcerias com empresas privadas para o ensino fundamental. As consequências têm sido desastrosas: fechamento de escolas, demissão e precarização do trabalho. O objetivo governamental é reduzir os gastos para com o ensino, o que possibilitaria diminuir o déficit público.

4. As justificativas burguesas para a implantação da reforma são: a) “modernização” do ensino; b) eliminação da escola mecanicista e fragmentada; c) participação da “sociedade civil” (comunidade escolar, empresas etc.) na gestão.

5. Ao contrário disso, a reforma educacional do Banco Mundial/FHC responde à desintegração do capitalismo. Por isso, a escola tende a ser mais embrutecedora, mais supérflua e o ensino cada vez mais mecanicista.

## **III. A impotência do reformismo diante da Reforma da Educação**

1. A tese reformista parte da idéia de que a educação pode ser melhorada no interior do capitalismo decadente e servir aos interesses dos camadas populares. Dizem-se opositores à reforma

neoliberal, pois esta “exclui”, é “autoritária” etc. Contrapõem à reforma privatizante os “projetos alternativos”, “a escola cidadã” etc. Segundo eles, o sucesso destes depende da modificação da correlação de forças no poder do Estado, que viria da eleição de um governo democrático e popular.

2. O reformismo objetiva amenizar a crise capitalista e iludir as massas trabalhadoras com as benesses advindas do governo popular. Com isso, negam as reivindicações elementares, a exemplo do salário mínimo real, expropriação da rede privada de ensino etc. Porque a defesa de tais reivindicações implica no confronto com o sistema de exploração do trabalho e desmascara a demagogia eleitoreira do PT e seus aliados.

3. A política reformista nos sindicatos tem sido nefasta. Anula os organismos dos trabalhadores como instrumentos de defesa da vida e de combate ao imperialismo. Subordina-os às disputas parlamentares e à estratégia do oposicionismo burguês. Por isso, rechaça unir o proletariado e os explorados para pôr abaixo as medidas antinacionais e antipopulares. A política impressa pela direção à CNTE e aos sindicatos atestam o grau de estatização. Os chamados “projetos alternativos” (Fundeb, Plano Nacional de Educação das Entidades etc) estão assentados na mercantilização do ensino e na manutenção do ensino obscurantista (religioso).

4. O reformismo, embora critique em palavras o neoliberalismo, propagandearia a idéia de que é necessário “qualificar” o trabalhador para se ajustar às exigências da “nova etapa do capitalismo”. São incapazes de compreender que a escola no capitalismo serve apenas para adestrar os trabalhadores para vender sua força de trabalho num mercado cada vez mais restrito.

## **IV. A defesa da escola vinculada à produção social**

1. A defesa da escola pública e gratuita em todos os níveis, fim da rede privada etc. é parte da revolução proletária. A expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade coletiva eliminará a contradição entre as forças altamente desenvolvidas e as relações privadas de produção. Dessa forma, partimos da idéia de que a luta por uma nova escola obriga o proletariado a de-

fendê-la como um dos pontos do programa da revolução social.

2. A maioria explorada está cada vez mais embrutecida enquanto capacidade intelectual. A escola é um dos sustentáculos da ditadura de classe da burguesia. O controle ideológico das massas é condição para a reprodução do capital e para amortecer a luta de classes. Não é à toa que a educação burguesa é de reforço à alienação da consciência dos trabalhadores e de justificativas ideológicas para preservação do sistema de exploração capitalista.

3. Historicamente, Marx mostrou que a indústria moderna criou o germe da relação entre a instrução primária e o trabalho na fábrica. Porém, revelou que o desenvolvimento dessa combinação não poderia ocorrer no sistema de exploração do trabalho e brutal divisão social. E conclui que tal combinação dependeria da conquista do poder político pela classe operária. Embora Marx tenha analisado nos primórdios do capitalismo industrial, a essência do vínculo da escola com o trabalho foi e é uma conquista do proletariado mundial na superação da escola alienante do capitalismo e na criação de uma nova escola, capaz de formar homens plenamente desenvolvidos.

4. A escola desvinculada da produção social expressa a separação entre a teoria e a prática. No fundo, está a divisão de classe da sociedade. A burguesia domina os conhecimentos através de uma pequena minoria (técnicos, cientistas etc) e a maioria trabalhadora comparece com força física, mecânica e fragmentada. A escola burguesa bloqueia as capacidades criadoras e reforça o embrutecimento, necessários para a exploração capitalista. A unidade entre teoria e prática só se realiza na produção social. Daí as falácias reformistas em tornos dos métodos pedagógicos que integram a teoria e a prática. A prática fora da produção social sempre se manifestará fragmentada e de forma deformada. Criticamos a política contra-revolucionária do reformismo impressa na defesa de que a emancipação dos oprimidos virá pela transformação da consciência despertada por uma escola de conteúdo mais humanizador. Dizemos: não é a escola que transformará a consciência dos trabalhadores, mas será a prática revolucionária (luta de classe) que transformará a escola.

5. É no capitalismo que defendemos as reivindicações democráticas e a escola vinculada à produção social. A defesa das reivindicações elementares e a nova

escola se chocam com a reforma governamental e os arremedos dos reformistas. A conquista dessas reivindicações depende da classe operária tomar o poder político e transformar a base econômica.

## **V. Plataforma de defesa da escola vinculada à produção social**

As reivindicações educacionais fazem parte do objetivo histórico de destruição do sistema capitalista. Estas são ponto de partida para unir a maioria oprimida em torno do programa operário para a conquista do poder.

1. Escola única, pública, gratuita, autônoma, laica, enraizada na produção social;

2. Extinção de toda rede privada de ensino (confessional e empresarial) e estatização de todos os níveis de ensino, sob o controle dos trabalhadores;

3. Autonomia integral da educação.

Eleição direta de todos os órgãos educativos e revogabilidade de mandato. Cabe ao Estado apenas destinar as verbas necessárias;

4. Expulsão da burocracia universitária. Governo tripartite, submetido à soberania da assembléia universitária. Autonomia universitária, com o controle de todo o processo de ensino por estudantes, professores e funcionários. Fim das parcerias, universidade sustentada exclusivamente pelo Estado. Aliança operário-estudantil;

5. Escola laica. Contra toda ingerência da religião nas unidades escolares. Defesa da escola científica, contra o obscurantismo religioso;

6. Unidade entre a teoria e a prática. Uma escola onde os alunos permaneçam um período na produção e outro na escola.

7. Derrubada integral da reforma privatista do ensino. Organização da luta antiimperialista e anticapitalista contra a

diretriz neoliberal da burguesia;

8. Piso nacional para todos os trabalhadores em educação, implantação imediata do salário mínimo real, por 20 horas semanais. Reposição integral de todas as perdas e escala móvel dos salários;

9. Contratação imediata de todos os demitidos, escala móvel das horas de trabalho. Fim do trabalho voluntário nas escolas. Nenhum jovem desempregado. Que nenhum jovem estudante trabalhe mais do que 4 horas;

10. Defesa de todas as conquistas sociais: Previdência única e pública a todos os trabalhadores e outras;

11. Eliminação da violência nas escolas através do emprego a todos que estejam aptos para o trabalho. Fim da intervenção policial nas escolas e constituição de comitês de luta;

12. Governo Operário e Camponês (ditadura do proletariado)

# **Pontos de fundamentação da tática de frente única antiimperialista**

Os aspectos abaixo são uma síntese extraída do folheto "A Frente Antiimperialista", do POR boliviano, redigido por Guillermo Lora. Baseiam-se nas Teses do Oriente, do IV Congresso da Internacional Comunista, e aprovado nos acontecimentos históricos da Bolívia.

1. A frente antiimperialista é aplicada como tática subordinada à estratégia da classe operária, para emprego exclusivo nos países atrasados (semicoloniais), onde a revolução tem de ser realizada pela nação oprimida;

2. O documento sobre a frente antiimperialista foi aprovado no IV Congresso da Internacional Comunista;

3. Para o POR, a frente antiimperialista deve ser considerada como unidade das classes sociais, protagonistas da revolução, sob a direção do proletariado, num país atrasado em seu desenvolvimento capitalista;

4. Esta frente se diferencia de todas as alianças formadas pelas organizações populares que possam, de maneira encoberta ou não, conduzirem as massas a se subordinarem à burguesia;

5. A presença do Partido Revolucionário é essencial para a estruturação da frente antiimperialista. O programa da frente antiimperialista inclui os problemas das nações oprimidas e, particular-

mente, dos camponeses. A frente é uma tática subordinada à estratégia da revolução e ditadura proletárias;

6. A frente antiimperialista é uma tática que pode projetar a nação oprimida à conquista do poder, ou seja, ao cumprimento da estratégia;

7. A frente antiimperialista por si só não é uma direção revolucionária. É na medida em que se encontra dirigida pelo partido revolucionário;

8. O partido revolucionário não pode impor a integridade de seu programa à frente antiimperialista, mas existem princípios que não pode renunciar, sob nenhum pretexto, um deles é a independência de classe. Por essa razão, é condição da frente única antiimperialista o direito de crítica;

9. A frente antiimperialista é levantada para dirigir a luta da maioria nacional, dando lugar assim para que o partido revolucionário possa ganhá-la para suas posições;

10. Efetivará a aliança operário-camponesa, pois sem a incorporação à luta de massa dos explorados do campo não se pode conceber a unidade nacional. Ou seja, o programa frentista dará respostas aos problemas dos camponeses;

11. A frente antiimperialista se cons-

titui ao redor de um programa de luta contra a opressão estrangeira, pela emancipação nacional;

12. O proletariado busca a expulsão do imperialismo, por isso lutará para que o programa da frente antiimperialista defenda a expropriação, sem indenização e sob o controle operário coletivo, dos meios de produção. Constitui, também, um dever elementar lutar pelo não pagamento da dívida externa;

13. Os movimentos nacionalistas de conteúdo burguês colocam a solução das tarefas democráticas no marco capitalista e podem mobilizar as massas detrá das dessas colocações. Porém, assim que o proletariado caminhar com seus próprios pés e anunciar sua estratégia de acabar com a propriedade privada, esses movimentos se deslocam para as posições pró-imperialistas;

14. A frente popular se caracteriza por submeter as massas à política e direção burguesas. Não há dúvida de que se trata de duas frentes qualitativamente diferentes, isto pela natureza de classe de suas direções. O estalinismo deformou a tática da frente antiimperialista, transformando-a em frente popular.

15. Os que combatem a frente antiimperialista são inimigos da revolução e ditadura proletárias.

Ceará Mirim (RN)

# Direção da Escola Celso Cicco persegue e reprime funcionários a mando do prefeito Roberto Varella

A direção da Escola Estadual Monseñor Celso Cicco, Salete Fagundes e Márcia Christina, vem fazendo uma verdadeira perseguição aos funcionários. Cada vez que tentam questioná-la, responde com métodos ditatoriais.

A repressão começou com a merendera do vespertino, que foi colocada num pequeno quarto para responder à vice-diretora Márcia por uma lata de óleo que não sobrou para fazer o lanche do turno vespertino. A mesma coisa aconteceu com a profª de Inglês do noturno e com um membro do conselho, o prof. de História do matutino, que questionou as contas e foi reprimido. Depois, a direção atacou os funcionários da secretaria, impondo-lhes pilhas de trabalhos e, como a funcionária e coordenadora do Sinte não aceitou e já vinha denunciando a direção pelas atitudes arbitrárias, foi processada pela supervisora Antônia Zenaide Martins, a mando da diretora Salete Fagundes. Elas armaram o processo mancomunadas com o prefeito Roberto Varella, que insiste em reprimir o Sinte, que sob a influência política do POR tem feito constantes campanhas de denúncia e mobiliza os trabalhadores contra o governo.

O prefeito tenta calar e impedir a

ação dos trabalhadores em educação na cidade, chamando-os a não darem atenção ao sindicato, que tem feito uma campanha de denúncia da direção da escola pela retirada do processo da cra. Francisca Gomes, com panfletos, cartazes, abaixo-assinados e moção de repúdio.

Vários fatos levaram o prefeito Varella a agir contra os trabalhadores em educação. Dentre eles, o boicote dos professores, orientado pelo Sinte, ao curso dos PCNs, e o fato do prefeito pagar o retroativo do FUNDEF que ele queria embolsar silenciosamente, e o teria feito, não fosse a denúncia e a mobilização dos professores.

O resultado foi o fortalecimento do sindicato, sendo que a direção estadual não conseguiu engolir e até agora colabora com o prefeito, quando boicotou a conferência promovida pela regional até hoje há dívidas.

Agora, a última cartada do prefeito para aumentar a repressão sobre o Sinte e o movimento é a devolução de quatro funcionários do Celso Cicco, dentre eles



A regional do Sinte atua nas mobilizações da população e é alvo da repressão do prefeito.

três cordeadores do Sinte, dois deles do POR.

A nossa resposta é intensificar a campanha de denúncia na escola e comunidade escolar para pôr abaixo a direção e chamar junto à comunidade as eleições diretas para diretor. Varrer das escolas os diretores que nada têm de compromisso com o movimento, mas apenas seguem fielmente os governos que só aumentam a miséria sobre a vida dos trabalhadores.

**Abaixo a repressão!**

**Abaixo a direção da Celso Cicco!**

**Eleições diretas para diretor de escola com controle da comunidade!**

## AFUSE- Funcionário da Educação.

# Burocracia Sindical Não Cumpre Decisão da Assembléia

No mês de novembro/99 a assembléia dos funcionários da educação aprovou uma nova assembléia em fevereiro. Isto porque a diretoria do sindicato, que tinha apenas a intenção de utilizar a concentração dos funcionários para fazer demagogia e uma pequena pressão a Secretaria da Educação, considerou o número de funcionários pequeno para tomar decisões que impulsionassem a luta direta na categoria, desta forma defendeu a nova assem-

bléia, dizendo que teríamos mais de 3 meses para fazermos as convocações e atingirmos todos os trabalhadores.

Aí está a demagogia, pois se passaram três meses, já estamos entrando em fevereiro e até agora a diretoria não produziu um cartaz sequer, panfletos então nem pensar, certamente não levará em conta a decisão tomada em assembléia.

A tarefa dos trabalhadores em educação neste momento é a de exigir da diretoria da Afuse o cumprimento da

resolução da Assembléia.

Que a burocracia do sindicato coloque em prática o que foi votado pela maioria da categoria reunida em assembléia, que faça a convocação de maneira ampla da assembléia, divulgando as reivindicações que estão em pauta, que convoque todos os trabalhadores que estão trabalhando dentro da escola e que aponte para a luta direta contra o governo, que tem destruído nossos empregos e tem pago salários de fome.



**Fortaleza-CE****ELEIÇÕES E LUTA DE CLASSES**

O ano de 2.000 configura-se como um ano eleitoral. As diversas frações burguesas, os reformistas (PT, PC do B) e os centristas (PSTU), tendem a colocar as eleições como o centro de sua atividade política. O lançamento de candidatos, a busca de alianças eleitorais, a invenção de programas milagrosos, as promessas nunca cumpridas, a corrupção, a compra de votos e os demagogos profissionais, inevitavelmente vão compor o próximo pleito eleitoral.

De fato, para o marxismo, as eleições são o espaço próprio de disputas entre os diversos bandos burgueses pelo controle do Estado. Por meio delas, os capitalistas e seus representantes arrastam e enganam as massas, apresentando o voto como instrumento de solução dos problemas. Através da ideologia de que todos são iguais perante a lei, a ideologia burguesa dissolve as classes, igualando operário e burguês, sem-terra e latifundiário, desempregado e banqueiro, na hora do voto. No entanto, nas fábricas, fazendas, lojas e demais locais de trabalho, o que existe é uma feroz ditadura da burguesia sobre os trabalhadores.

**As frações burguesas**

Em Fortaleza, a disputa pela Prefeitura e por uma vaga na Câmara Municipal promete ser aguerrida. Diante da decadência do capitalismo, os diversos bandos burgueses necessitam mais e mais da máquina estatal para garantir e aumentar os seus lucros, às custas de maior opressão sobre os trabalhadores.

O atual Prefeito Juraci Magalhães (PMDB), tentará a reeleição. Em sua gestão promoveu uma ofensiva contra o funcionalismo público, atacou a previdência municipal, demitiu garis, desestruturou a saúde e a educação públicas, favoreceu grupos empresariais e condenou os bairros populares a falta de saneamento básico.

Já o grupo burguês que domina o governo estadual desde 1986 procurará mais uma vez conquistar a Prefeitura de Fortaleza. O PSDB, do governador Tasso Jereissati, ainda não tem candidato oficial, embora venha buscando uma aliança com o PPS, que possui Patrícia Gomes, ex-esposa de Ciro Gomes, como candidata. Isso ocorre porque há uma grande

rejeição dos trabalhadores e classes médias de Fortaleza aos candidatos do Cambéa (centro administrativo do governo estadual), devido à sua política antipopular e antinacional de privatizações, arrocho salarial e repressão ao movimento operário-popular.

Também, as forças burguesas que controlavam o governo estadual durante a ditadura militar até 1986 vêm se articulando para a disputa. O seu principal nome é o deputado federal Moroni Torgan (PFL), famoso como presidente da CPI do narcotráfico e pelo seu discurso de encarar a questão social como um caso de polícia.

**A frente popular e o centrismo**

Frente a divisão das principais forças burguesas, a chamada "esquerda" reproduz, em Fortaleza, a política nacional de frente popular. Esta representa uma aliança entre organizações que dirigem o movimento operário-popular e a burguesia. Tem como função conter as massas revoltadas no quadro do regime político burguês e respeitando a propriedade privada capitalista, por meio de um programa de unidade com representantes da burguesia. Por isso, diante da ofensiva dos governos Tasso-Juraci, dos empresários e dos latifundiários contra os trabalhadores, a CUT e os sindicatos, dirigidos pela "esquerda" frente-populista (PT, PC do B), não organizam a resistência.

Essa é a essência da candidatura de Inácio Arruda (PC do B) e Artur Bruno (PT) que, além da aliança com o burguês PSB, busca aglutinar setores descontentes do PDT e PMDB. Por representar um programa de sustentação dos interesses do capital é que Inácio Arruda fala em "cidadania", "respeito a lei", "governar para toda a sociedade" e "apoio a iniciativa privada", discurso próprio dos que defendem a exploração capitalista. Pois como é possível governar para todos, explorados e exploradores? Conciliar interesses de sem-teto e especuladores imobiliários, da população e dos empresários de ônibus, de estudantes e escolas privadas, de trabalhadores e patrões?

Enquanto isso o PSTU namora a candidatura da frente popular, o que representa a possibilidade de integrar uma

frente com os representantes da burguesia, tendo um mesmo programa com os exploradores, ou seja, traição de classe. Da disputa desigual entre a direção e os setores vinculados à burocracia sindical e as bases pressionadas pelo desespero das massas, sob uma estrutura organizativa burocrática e um programa centrista, sairá a decisão de apoiar a frente popular ou lançar candidatura própria.

**A política revolucionária**

Diante da ofensiva do imperialismo e da burguesia é preciso construir uma frente de luta pela derrubada integral do plano de fome de FHC, Tasso e Juraci. O que não deve ser confundido com a frente popular e o eleitoralismo, pois essa frente não semeará ilusões nas massas para mudar sua situação pelo voto, mas pela ação direta.

Tal frente poderia atuar até nas eleições, contanto que denunciasse a demagogia de solucionar os problemas dos trabalhadores pela via eleitoral, defendesse as reivindicações das massas, a ação direta (ocupações, greves, passeatas, autodefesa), a organização nos locais de trabalho (comitês de base) e a estratégia da revolução e ditadura proletárias (governo operário e camponês).

O fundamental na atual conjuntura é a defesa radical dos interesses dos trabalhadores, empregados e desempregados:

- salário mínimo real de R\$ 1.800,00;
- reposição de todas as perdas salariais dos funcionários municipais e escala móvel de salários;
- frentes de trabalho para os desempregados;
- estatização das empresas de ônibus sob o controle dos trabalhadores;
- nenhum tributo para os assalariados, que os capitalistas paguem os tributos;
- apoio e incentivo às ocupações de terra;
- formação de conselhos nos locais de trabalho e bairros populares para governar a cidade;
- abaixo o plano antinacional e antipopular, greve geral por tempo indeterminado;
- abaixo FHC, Tasso e Juraci, pelo governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

# O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciadas no massas n.º 160.

## Como Funciona a Célula Célula de Militantes I

A célula de militantes, particularmente a da empresa, constitui a organização básica do Partido. A estruturação bolchevique não pode ser concebida de outra maneira. Os que pretendem substituir a célula por outros organismos não fazem mais que exteriorizar seus desvios programáticos.

Constitui uma aberração e um desvio foquista a espécie que considera o Partido um reduzido e bem treinado grupo de ativistas (quem os forma e onde? Pergunta que tem ficado até agora sem resposta) que teria que por em pé as células como se fossem acessórios, como auxiliares do trabalho privilegiado.

Esta atitude voluntarista esquece que é nas células onde se seleciona e educa os dirigentes máximos e quadros médios, chamados a dar um maior impulso à organização; que o centralismo democrático expressa a finalidade maior da fixação da linha política pela militância e não como uma imposição desde cima. O anterior seria inadmissível se

reconhecemos que a equipe de ativistas como cérebro e quinta essência da organização, caminho que conduz indefectivelmente até o culto da personalidade e a da teoria da infalibilidade dos dirigentes. Contrariamente, o bolchevismo estrutura e melhora suas organizações utilizando a crítica e a autocrítica.

Para que isto seja possível é necessário que a célula seja realmente viva e se supere de maneira ininterrupta. Nisto está a raiz da organização, que deve ser considerado como um processo em constante transformação.

A célula cumpre as seguintes funções básicas: 1) vincula o Partido com o grosso das massas, na medida em que é o resultado do trabalho organizativo e coletivo dos militantes operários (critério que pode se estender a outros setores sociais); 2) permite que os militantes intervenham ativa e diretamente na vida política e partidária (um dos grandes vícios consiste em que os militantes não conhecem os problemas políticos e os do Partido); 3) torna possível o trabalho coletivo e em ordenação com o resto da organização partidária; 4) efetiva o centralismo democrático.

O Partido é, por definição, a vanguarda revolucionária do proletariado, o que importa que essa vanguarda se organize em seu seio; porém, esta direção das massas, para ser

efetivamente tal, deve estar estritamente vinculada ao grosso da classe em todas as circunstâncias, extremo que não deve se esquecer sobretudo nos períodos de reação, quando o Partido não é seguido pela maioria operária em suas posições. A vinculação efetiva entre a direção e o grosso da classe se realiza através das células, que existem e se desenvolvem nas fábricas e lugares de trabalho.

É freqüente que uma célula formada por militantes operários se isole dos companheiros de trabalho e, desta forma, da classe, apesar de estarem todos os dias na fábrica, vivendo lado a lado com o resto dos operários. Isto ocorre quando a célula se limita a estudar e repetir algumas generalidades do marxismo, quando não analisa minuciosamente os problemas da fábrica, quando não dá soluções para os problemas diários dos operários de todo o país, quando os militantes por muito teorizar não participam ativa e abnegadamente nos problemas diários dos operários da fábrica e da classe em geral. Como se vê, não é suficiente dizer que a célula une o Partido com o grosso da classe. Para que isto se converta em realidade, é necessário que a célula faça um firme trabalho com o propósito de efetivar este enunciado.

## Bolívia

# Uma Nova Política Para uma Realidade Imediata

## (Uma nota sobre a estupidez dos 'esquerdistas')

Os opressores e exploradores se esmeram em difundir que o Século XXI será totalmente diferente do Século XX.

Isto sustentam tanto o imperialismo como seus lacaios do entorno colonial e semi-colonial.

O que buscam com esta tontice? Despistar e manipular as massas que vêm demonstrando estar dispostas a acabar com a barbárie capitalista e seu governo.

Os 'esquerdistas' (instrumentos das multinacionais e da burguesia crioula) vêm apreendendo sua última e sensacional cartada: O capitalismo deixara de ser um chupa-sangue, para transformar em humanitário e bondoso, porque o ano de 2000 será substituído pelo de 2001 (!).

## Resposta à Situação Revolucionária

Se conseguimos abrir os olhos nos encontramos frente a esta realidade:

\* as massas bolivianas ocupam as ruas lutando politicamente contra o governo fascista e lacaios das multinacionais e do imperialismo, contra o capitalismo que se decompõem em meio a uma espantosa corrupção.

\* os explorados e oprimidos dão provas

inequívocas de haver enterrado as ilusões democráticas (ninguém mais acredita que votando resolveremos os problemas nacionais e sociais), o que permite afirmar que agora têm as mãos livres para empunhar as armas e derrotar ao fascismo. Não é em vão que já passaram por cima da burocracia cobista (servente do governo e dos Estados Unidos), e estão empenhados em generalizar e unir as mobilizações das bases. Isto permite afirmar que a situação revolucionária tende a transformar-se em insurrecional. O POR, o trotskismo, considera que é sua obrigação indiscutível dirigir este processo e contribuir para seu aprofundamento.

\* Os impostores parecem dizer que os oprimidos carecem tanto de direção como de uma política clara e estão empenhados em tirar das mangas de suas jaquetas receitas milagrosas. Como correspondem aos tontos que estão seguros de moverem-se no marco de uma ampla democracia dizem que depois de mais três eleições já serão governo.

## E a Teoria? E o Partido?

Os reformistas, os democratizantes, os estalinistas, enfim, os 'esquerdistas', partem

da idiotice de que tudo se transforma em seu contrário pelo simples fato de se mudar de data. Devemos recordar a estes tontos que as mudanças que se procedem na situação econômica e política são meramente quantitativas, e não qualitativas.

Vivemos (e isto desde a véspera) a desintegração do capitalismo (sua crise econômica profunda nos empurra a barbárie), quando as massas sepultaram suas ilusões democráticas. Esta é uma situação revolucionária.

A admirável luta dos explorados e de todo o povo prova sua evolução política. A realidade que tocamos demonstra que a ideologia revolucionária (as 'Teses de Pulacayo') e a direção partidária (concretamente o POR) existem, atuam e se potenciam. Estão dadas as condições para a vitória da luta das massas.

A 'teoria' dos politikeiros: a nova realidade (ano 2000) obriga a criar um 'novo instrumento político' e outra tese. São de fato disfarces para encobrir o servilismo frente à burguesia, ao fascismo e ao imperialismo. Estes 'esquerdistas' não são mais que uma merda.

(extraído do Jornal Masas Boliviano n.º 1692)

## A crise capitalista no Japão é descarregada sobre os trabalhadores

O processo de desintegração da economia mundial recai com mais intensidade sobre os países semicoloniais (oprimidos pelas metrópoles imperialistas). Porém, não deixa de fora também os países capitalistas mais desenvolvidos, a exemplo do aumento da desigualdade social no interior dos Estados Unidos e Inglaterra. O Japão não está isento. O período de estagnação econômica e as crises que abalaram o Sudeste Asiático puderam expor a contradição inerente ao sistema de exploração do trabalho. Ou seja, cada vez mais um menor punhado de indivíduos detém a maior riqueza e a maioria fica cada vez mais pobre, o que eleva a distância entre os mais ricos e os miseráveis.

A burguesia mundial sempre propagandeou o Japão como o país do emprego, o de menor disparidade social, de salários compatíveis com a ida-

de (a medida em que se envelhecia o salário do trabalhador era maior) etc. Se, no passado, o capitalismo pôde manter algumas conquistas para os trabalhadores japoneses, agora com a crise as retira. O governo foi obrigado a destruir o "emprego permanente" e impor a chamada "flexibilização do Trabalho", a avaliação desempenho para poder demitir com mais facilidade, eliminar a evolução salarial de acordo com a idade, substituindo-a pelo "mérito" etc. Isto é, medidas que há muito já vem sendo aplicadas nos países semicoloniais, como exigência do capital imperialista.

As consequências da implantação dessa diretriz já são evidentes no país que era tido como um dos mais "igualitários" do mundo. Aumentou o número de moradores de rua, da criminalidade e outras chagas sociais do capitalismo decadente.

## Vaticano colaborou com o Nazismo

A denúncia de que o Papa Pio XII foi complacente com o nazifascismo tem um novo episódio. "O Banco do Vaticano recebeu pelo menos 200 milhões de francos suíços do regime fantoche Ustasha (da Croácia), dinheiro que colaboradores dos nazistas supostamente roubaram de judeus, de ucranianos, de sérvios e de outros" (*Gazeta Mercantil* 17/1). As autoridades eclesiásticas negam o fato. Entretanto, o Vaticano não admite abrir seus arquivos e submetê-los à investigação. O mais provável é que a "Santa Sé" tenha enchido seus cofres e colaborado com Hitler e seus aliados.

O Vaticano é um Estado e uma força política vinculada à burguesia imperialista. Obrigatoriamente coloca-se ao lado desta ou daquela fração do grande capital em choque. A ascensão do nazismo influenciou toda a Europa. Certamente, o Papa Pio XII viu vantagens em colaborar com as forças hitlerianas. No céu a imagem divina, na terra os interesses materiais, as riquezas que dão poderio à Igreja.

## Militarização imperialista na América Latina

O Imperialismo norte-americano utiliza-se do narcotráfico para reforçar sua presença militar na América Latina. "Além de fornecer força militar, os Estados Unidos ainda treinam agentes para o combate às drogas. Em 98, segundo o relatório, pelo menos 5400 pessoas foram treinadas pelo governo norte-americano em todos os países da região, incluindo o Brasil" (*Folha de SP* - 17/1).

A penetração militar norte-americana é mais ostensiva na Colômbia, Peru, Bolívia e Equador. Sobre o Brasil cresce a pressão do governo Clinton para que se admita a presença física de agentes do Pentágono. Os porta-vozes do imperialismo falam abertamente sobre a crescente pressão sobre o governo brasileiro. "O Brasil é um país muito importante para sofrer algum tipo de pressão física". Por detrás da fala está a idéia da possibilidade da pressão física. A propaganda começaria com a denúncia de que o Brasil não está se empenhando no combate às drogas.

Nos demais países latino americanos a debilidade da burguesia permite que

os militares norte-americanos ocupem o território como se fosse sua casa. Em Iquitos, cidade peruana, fronteira com o Brasil, cerca de 100 mariners constituíram "uma escola de operações ribeirinhas pelo Comando Sul (EUA), em convênio com a Marinha de Guerra do Peru". Em Lima, capital do Peru, o imperialismo criou a Escola Regional da Comunidade Andina de Inteligência Antidrogras. Faz parte dela a Colômbia, Brasil, Bolívia, Equador, Chile e Peru.

Os governos semicoloniais justificam que a presença militar norte-americana é de apenas ajuda, não ferindo a soberania.

A realidade é bem outra. O narcotráfico é uma indústria clandestina ou semi-clandestina nascida das relações capitalistas de produção. Faz parte inclusive da economia mundial. O maior mercado consumidor e para onde converge a maior parte dos dólares são os Estados Unidos. Os narcotraficantes não são marginais individualizados ou pequenas quadrilhas. Trata-se de uma fração capitalista narcotraficante, que para

subsistir depende de sua inserção na economia "legal". Os cerca de 500 bilhões de dólares - esta é uma estimativa dos organismos internacionais - movimentados anualmente pelo narcotráfico são lavados nos grandes bancos norte-americanos, europeus, japoneses etc. Também são destinados a negócios considerados lícitos.

Como se vê, o narcotráfico é produto do capitalismo em decomposição. Os Estados Unidos como arautos de combate a essa chaga do capitalismo a usam como máscara para acobertar a política imperialista de militarização dos países semicoloniais. O fato é que a burguesia narcotraficante é acobertada pelos grandes capitalistas norte-americanos. O expansionismo militar na América Latina, sem dúvida, é mais uma expressão da subserviência dos países semicoloniais e de limitada soberania.

Os explorados têm o dever de expulsar o imperialismo e combater a burguesia semicolonial servente. O fim do narcotráfico depende da destruição da economia capitalista.

# Equador segue a orientação pró-imperialista e se desintegra

O pequeno país Equador desintegra-se com a crise capitalista. A débil economia equatoriana ressent-se dos impasses da economia mundial e do pesado saque imposto pelo capital internacional. Sua dívida externa de 13,7 bilhões de dólares equivale a tudo que o país produz em um ano (PIB). Apesar de ter decretado a moratória (suspensão do pagamento) de uma parte da dívida externa, o déficit fiscal atingiu 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB). O que quer dizer que o país está quebrado frente aos credores internacionais. Consequentemente, a moeda nacional (sucre) se desvalorizou em 65% frente ao dólar, a recessão é profunda (menos 7,3%) e a inflação está em disparada (60,7% em 1999).

Nessas circunstâncias, as massas exploradas são empurradas a um grau de miséria insuportável. Seguindo a lei de funcionamento do capitalismo (exploração e concentração de capital), todo peso da crise é descarregado nas costas da maioria oprimida. Como país semicolonial atrasado, a maioria é constituída de índios camponeses, operários e trabalhadores da economia informal. O monumental saque do capital financeiro contra a semicolônia é praticado às custas de lágrimas e sangue destes trabalhadores.

A revolta popular derrubou o governo anterior do Partido Roldosista, Abdula Bucaram. Porém, a ausência do partido revolucionário impossibilitou a presença da política proletária no seio da maioria oprimida para derrubar não só o governo mas também a burguesia do poder. Impossibilitados de constituir um governo da maioria oprimida, ou seja, um governo operário e camponês (ditadura proletária), acaba-

ram submissos à democracia burguesa e elegeram o Presidente Jamil Mahuad, do Partido Democracia Popular. Este deu continuidade à diretriz de ataque a vida das massas e de sangria do país.

Rapidamente, a crise política se recompôs. O capital especulativo começou a se retirar do país e causou uma desvalorização brutal do sucre. Os salários rebaixados e o desemprego em alta sacrificaram ainda mais as condições de existência da maioria. O movimento social retomou a atividade e colocou a derrubada do governo. O imperialismo aproveitou a fraqueza de Mahuad para exigir a implantação das reformas determinadas pelo FMI. A primeira medida foi dolarizar. O que significa colocar a economia completamente à mercê do imperialismo norte-americano.

A oposição burguesa, que até então acoitava o governo minoritário da Democracia Popular, arrefeceu suas críticas e passou a apoiar a dolarização. Em realidade, está se alinhando à orientação do imperialismo. A burguesia receia que desta vez os explorados possam ir mais longe na luta contra o governo pró-imperialista, apesar da ausência da direção revolucionária. É possível que a unidade burguesa em torno dos partidos Cristão Social, Roldosista e Democracia Popular venha a se consolidar contra o movimento popular.

O imperialismo indicou a saída provisória para a crise política. Estabelecer o Plano de privatização dos ramos estratégicos (telecomunicações, eletricidade e petróleo), liquidar as leis trabalhistas, aumentar impostos, cortar gastos e dar mais liberdade ao capital financeiro. Esse Plano, muito bem

conhecido aqui no Brasil, implica na colaboração dos sindicatos e no bloqueio às lutas. Certamente, a burguesia está preparando o caminho para dissolver o movimento das massas; seja pela colaboração das direções ou pela força.

O movimento social equatoriano é marcado pela presença indígena, pelos camponeses pobres. A Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador constituiu juntamente com sindicatos, grêmios estudantis e setores da Igreja, identificados com a Teologia da Libertação, o "Parlamento dos Povos do Equador". Segundo a imprensa, as manifestações convocadas por esse organismo objetivam "assumir o poder junto com representantes da Igreja Católica, dos sindicatos e das Forças Armadas" (*Folha de SP*, 16/1). Tudo indica que a influência da Igreja é muito grande.

O "Parlamento dos Povos do Equador" só poderá pôr abaixo o governo burguês se estiver disposto a destruir o poder do Estado. Para isso, terá de destruir o braço armado da burguesia, que é o exército e a polícia. Terá de se separar da Igreja, que no fundo expressa os interesses da classe dominante. Terá também de varrer as direções que apregoam um governo constituído pelo exército, Igreja e sindicatos. Só é possível a vitória dos explorados com o governo operário e camponês, que tenha como programa a expropriação das terras, a autodeterminação dos povos indígenas, expulsão do imperialismo e expropriação do grande capital. A solução real está em colocar a economia nas mãos do proletariado e do conjunto dos explorados.

## Presidente é derrubado e EUA ordenam posse de vice

No momento em que fechávamos esta edição do Massas, ocorreu a deposição do presidente Mahuad e sua substituição pelo vice.

Na véspera, milhares de camponeses indígenas tomaram a sede do parlamento com apoio de grupos militares e indicaram uma junta de governo chefiada pelo Coronel Gutiérrez, pelo líder camponês Vargas e pelo ex-presidente da Corte Suprema. A seguir, uma multidão se dirigiu à sede do governo para exigir a deposição do presidente. O Ministro da Defesa, general Mendoza, indicado por Mahuad uma semana antes, assumiu o lugar do Coronel Gutiérrez e impôs a Mahuad sua deposição.

Ao pedir apoio de outros países ao novo governo, obteve a imposição dos EUA, que insistiram que o vice deveria assumir, para dar um verniz constitucional à deposição de Mahuad.

A burguesia imperialista não admitiu o governo da junta porque poderia servir de estímulo às mobilizações populares e camponesas, ainda que se tratasse de um governo burguês e submisso ao imperialismo. A indicação da posse ao vice serve para reforçar a democracia burguesa débil de nascença e fragilizada pela crise econômica e política. É necessário, para os capitalistas, que as massas voltem para casa e aceitem sua ditadura de classe pela

ilusão do voto.

A ausência do partido revolucionário organizado impediu as massas radicalizadas de tomarem para si o poder. Acabaram servindo aos interesses das frações burguesas em choque.

A crise não será superada pela substituição do governo. Há uma tendência geral de crescimento das mobilizações na América Latina, que tem sido contida ou desviada pelas direções conciliadoras. É tarefa da vanguarda revolucionária travar a luta política pela derrubada das direções conciliadoras e em defesa da construção das seções nacionais do partido mundial da revolução socialista.